

# Queda na arrecadação provoca suspensão de abonos

Qui 16 abril

A queda repentina da arrecadação, provocada pela crise do coronavírus, levou o [Governo de Minas](#) a suspender, temporariamente, a concessão do abono fardamento e do um terço de férias. Tendo em vista o cenário fiscal, a medida foi tomada visando garantir o pagamento dos salários dos servidores e a manutenção de recursos extra para o combate à pandemia. A situação foi exposta nesta quinta-feira (16/4) durante entrevista coletiva dos secretários de [Fazenda](#), Gustavo Barbosa; [Planejamento e Gestão](#), Otto Levy; de [Governo](#), Igor Eto; e do [secretário-geral](#), Mateus Simões.

“É com muita tristeza que faço este anúncio. É importante reafirmar que não estamos cancelando os direitos. Assim que a retomada da arrecadação for resolvida, nós iremos pagar”, explicou Levy.

Ele reafirmou que a decisão foi tomada pela falta de recursos financeiros. O secretário de Planejamento lembrou que o Estado de Minas não imprime dinheiro. “Aqui, a única fonte de recursos é a arrecadação de impostos. “Quando a arrecadação cai em um mês mais de R\$ 1 bilhão, sendo que as contas já eram deficitárias, significa que nós não temos dinheiro suficiente para cumprir todos os compromissos. No entanto, nós reconhecemos os compromissos que nós assumimos”, disse.

## Cenário

De acordo com Gustavo Barbosa, até o dia 13 de abril o Estado teve uma perda na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) de 36%. Já em relação ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) a retração foi maior, de 44%.

Segundo o secretário, para abril é aguardada uma perda de arrecadação da ordem de R\$ 1,150 bilhão. Em maio, o montante deve chegar a R\$ 2,5 bilhões.

Outro ponto destacado durante a apresentação de Barbosa foi uma possível revisão do impacto da arrecadação em Minas em 2020. “Nós já começamos a rever este número, uma vez que o valor de R\$ 7,5 bilhões era de uma projeção de queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 4%. Hoje, os especialistas falam em 5,5%. Isso quer dizer que a perda de arrecadação pode ultrapassar os R\$ 7,5 bilhões”, alertou.

Para o secretário, o cenário foi um pouco atenuado em abril com a receita extraordinária de precatórios no valor de R\$ 781 milhões. “Isso permitiu que pagássemos parte dos salários dos servidores do Poder Executivo e ajudou a mitigar essa deficiência de R\$ 1,150 bilhão. Lembrando que essa receita não ocorrerá em maio”, afirmou.

A regulamentação da suspensão do pagamento do um terço de férias será feito pela Secretaria de Planejamento nos próximos dias.